

A FORMAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE E OS CONFLITOS DE TERRA EM JALES

Sedeval Nardoque – IGCE/UNESP – Rio Claro
nardoque@telefonica.com.br

O presente trabalho é fragmento da dissertação de mestrado *Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP*, defendida no mês de novembro de 2002, sob orientação do Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, na FCT/UNESP. Assim, pretendeu-se com este fragmento demonstrar como ocorreu o processo histórico de produção do espaço rural de Jales-SP, especialmente na configuração da malha fundiária do município, constituída predominantemente, tanto em número quanto em área, de pequenas e médias propriedades rurais. Além da estrutura fundiária desconcentrada, predominam no campo a categoria proprietário, quanto à condição de produtor, e responsáveis e membros da família não remunerados, na categoria de pessoal ocupado em atividades agropecuárias.

Para o desenvolvimento do texto foram utilizados vários referenciais teóricos, que escreveram sobre a origem da pequena propriedade rural no Brasil, dentre eles: Guimarães (1968), Prado Júnior (1983), Monbeig (1984) e Stolcke (1986) e Martins (1990). A análise da realidade local se deu por meio dos dados dos Censos Agrícolas (1950 e 1960) e dos Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6) do IBGE. Além destas fontes, foram utilizados documentos do Poder Judiciário da Comarca de Jales, que são: Ação de Embargos a Terceiros em Execução (282/1964) e Ação Ordinária de Reivindicação do Imóvel Fazenda Ponte Pensa (1943). Este último originado da Comarca de Votuporanga, Estado de São Paulo.

A origem da estrutura fundiária desconcentrada de Jales está relacionada à efetivação da frente pioneira no extremo Noroeste Paulista. Inicialmente a região passou por um processo de grilagem de terras no início do século XX, efetivado por aqueles que tinham a noção jurídica da propriedade da terra, instituída no Brasil através da Lei de Terra de 1850. Portanto, a origem da pequena propriedade em Jales está relacionada ao processo de colonização da região, onde milhares de pessoas foram conduzidas, por especuladores imobiliários, para a fronteira e, por outro lado, contraditoriamente, a condução se deu, também, pelo sonho, construído no imaginário de muitos trabalhadores sem-terra, de serem proprietários das terras em que trabalhassem. No caso de Jales, em um primeiro instante, o loteador fez posses sobre terras de forma obscura, caracterizando-se, pelos documentos analisados, em processo de grilagem da terra. Concomitante à grilagem, foi realizada a “limpeza” da terra através da transformação do posseiro em agregado. O passo seguinte foi montar um esquema de vendas destas terras a ex-colonos provenientes de regiões mais

antigas de ocupação. No esquema montado, fundou-se uma vila, construíram-se estradas e usou-se de propaganda para atrair interessados em adquirir terras em pagamentos “facilitados”, de até três anos.

Desta maneira, Euphly Jalles, o loteador, começou a retalhar suas terras em pequenas propriedades a partir do início dos anos 1940. Para suas terras deslocaram-se trabalhadores de outras localidades, principalmente ex-arrendatários e ex-colonos das regiões mais antigas de ocupação. Esta foi a saga de centenas de trabalhadores que conseguiram formar um pequeno pecúlio para dar de entrada e o restante juntar parcelas anuais para quitar a compra. Muitas dessas terras, que foram adquiridas de forma ilícita pelo loteador, resultaram em pesadelo para os agricultores que compraram as pequenas propriedades de Euphly Jalles. Do sonho de ser proprietário ao pesadelo de ser despejado ou pagar novamente pela terra, foi a situação vivida por centenas de famílias, que adquiriram pequenas propriedades. Os conflitos foram inevitáveis, especialmente na Justiça.

De toda forma, uma das características do município de Jales é o predomínio de pequenas propriedades, tanto em número quanto em área ocupada. Segundo dados do IBGE, os grupos de menos de 10 hectares, de 10 a 20 hectares, de 20 a 50 hectares e de 50 a 100 somam, pelo Censo Agropecuário de 1995/6, 94,65% do total de propriedades, portanto, predomínio absoluto de pequenas propriedades em número. Pelos dados do mesmo censo, os estabelecimentos entre o grupo de menos de 10 hectares e o grupo de 50 a 100 hectares abrigam 62,46% da área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas no Município de Jales, ou seja, a maior parte das terras rurais é, predominantemente, ocupada por pequenas propriedades. Em relação ao número de estabelecimentos, a condição de proprietário atingiu percentuais elevados, alcançando em 1995/6 o total de 88,6%. Também fica comprovada a preponderância do trabalho familiar, já que pelo Censo Agropecuário de 1995/6, do total de trabalhadores em atividades agropecuárias, no município de Jales, aqueles que são responsáveis e membros da família não remunerados, respondem por 67,13%.

Assim, apesar de traumática a forma de acesso à terra rural em Jales, todo o processo histórico produziu um espaço com uma estrutura fundiária desconcentrada e o predomínio de trabalho familiar em unidades que assentam-se na diversificação agrícola, especialmente na fruticultura.

Referências bibliográficas

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

NARDOQUE, Sedeval. *Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP*. 2002,1v. Dissertação (mestrado em Geografia). FCT/UNESP, Presidente Prudente-SP, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Trad. Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.

THE FORMATION OF SMALL PROPERTIES AND THE CONFLITS OVER THE LAND IN THE COUNTY OF JALES

Sedeval Nardoque – IGCE/UNESP – Rio Claro
nardoque@itelefonica.com.br

This work is part of the mastering dissertation named “Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP”, concluded in the month of November 2002, under the orientation of the Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira from FCT/UNESP. Therefore, with this part, we have aimed to demonstrate how the historical process of developing rural area in the County of Jales happened. Mainly concerning with the configuration of the estate mesh in that County, predominantly constituted, either in number or in area, of small and medium sized rural estates. In addition to the non-concentrated land structures, the ownership category has predominated in the countryside in the condition of owners, and holding the responsibility of being engaged in agricultural activities, the members of non-remunerated families.

Several referential theories have been used to develop the text, which were written on the origin of the small rural properties in Brazil, among them were: Guimelhães (1968), Prado Junior (1983), Monbeig (1984), Stolcke (1986) and Martins (1990). The analysis of the local reality was done through data extracted from The Agricultural Census (1950 and 1960) and from the Agricultural Census (1970, 1975, 1980, 1985 and 1995/6) IBGE. Besides these sources, documents from The Judiciary Power of Jales Jurisdiction have also been used, namely: “Ação de Embargos a Terceiros em Execução (282/1964) and Ação Ordinária de Reivindicação do Imóvel Fazenda Ponte Pensa (1943)”. Being the last one originated from Votuporanga Jurisdiction, São Paulo.

The origin of the non-concentrated land structure in Jales is closely related to formation of a pioneer working head into São Paulo far northwest. Initially, the region went through a land grabbing process in the beginning of the twentieth century, done by those who had some legal notion on rural estates, instituted in Brazil under the Land Law of 1850. Nonetheless, the origin of small rural properties in Jales is related to the process of colonization in the region where thousands of people were taken by estate speculators to the frontier and,

contradictorily, on the other hand, the moving also happened due to the dream built in the mind of those workers whom had no land and wished to possess the land where they worked in. In the case of Jales, at first, the lot maker took possession over the lands in an obscure manner, according to analysis of documents, mainly by means of grabbing land process. Along with the grabbing land process they made the “cleaning” of the land by turning the landholder into aggregate. The next step was to make up a scheme to sell these lands to former settlers coming from older occupied regions. Following the made up scheme, a village was founded, roads were built and advertising was used to draw those interested in purchasing land under facilitated payments which could take up to 3 (three) years.

By doing so, Euphly Jalles, the lot maker, began to shred his lands into small rural properties in the early 1940`s. Workers, mainly leaseholders and former settlers coming from other regions were drawn to his lands. This was the saga of thousands of workers that were able to gather a small amount to give as a down payment and work hard to pay the rest in annual installments until they were able to pay it off. Many of these lands which had been illicitly acquired by the lot maker, turned into nightmare to those farmers who had bought small rural properties from Euphly Jalles. From the dream of being the owner of the land to the nightmare of being thrown out, or having to pay for the land again, was the situation lived by hundreds of families that had acquired those small properties. Thus, the conflicts were inevitable, especially in court.

Anyhow, one of the features of the County of Jales is the predominance of small rural properties either in number or in occupied area. According to data from IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), groups of less than 10 to 20 hectares, 20 to 50 hectares and 50 to 100 hectares make up, according to Agricultural Census of 1995/6, 96,65% of the total amount of rural properties, therefore, the absolute predominance of small properties in number. According to data from the same Census, the rural estates among those groups of less than 10 hectares and those of 50 to 100 hectares cover 62,46% of the area occupied by farming estates in the County of Jales, that is, most of the countryside land is predominantly occupied by small properties. In relation to the number of farming estates, the ownership situation has hit high percentage levels, reaching the figure of 88,6% in 1995/6. It also has proved the predominance of family labor, once The Farming Census of 1995/6, of all workers engaged in farming activities in the County of Jales, those who are the responsible ones and members of the non-remunerated families, answer for 67,13%.

Therefore, in spite of the accessing way to the rural land in Jales being traumatic, all the historical process has produced some empty space bearing a non-concentrated land structure and the predominance of family labor in places where they fit themselves into the agricultural diversification, especially in fruit crops.

Bibliographic References:

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

NARDOQUE, Sedeval. *Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP*. 2002,1v. Dissertação (mestrado em Geografia). FCT/UNESP, Presidente Prudente-SP, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Trad. Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.